



USP gasta mais do que recebe há 3 anos

Principal motivo da crise financeira é a alta dos gastos com pessoal; auxílios para pós-graduação serão cortados e atividades, revistas

Paulo Saldanha
Victor Vieira

ESTADÃO
•edu

Apesar de a crise financeira da Universidade de São Paulo (USP) ter vindo à tona no fim do ano passado, a instituição já tem estourado seu orçamento anual desde 2011. O motivo principal foi o aumento dos gastos com pessoal provocado após revisão do plano salarial e de carreira dos servidores, em 2011, e o avanço nas contratações de técnico-administrativos.

Por causa da crise, a pró-reitoria de pós-graduação decidiu suspender “temporariamente” os programas de auxílio financeiro. Em comunicado distribuído anteontem, a pró-reitora Bernadette Franco informou que uma nova política está em avaliação. A medida se refere a atividades como apoio a eventos, viagens de docentes e alunos para o exterior e vinda de professores visitantes. Os bolsistas não serão atingidos, porque são pagos por agências de fomento ou com recursos da pró-reitoria de pesquisa. A suspensão deve ser de no mínimo dois meses. Nesse período, novas contratações e novas obras já foram congeladas.

Despesa com folha deve ter limite, diz especialista

● O atual gargalo financeiro da USP, de acordo com especialistas, é uma oportunidade de aprimorar normas internas de execução orçamentária. Uma das mudanças defendidas é a aprovação de um limite para despesas com a folha de pagamento, assim como na Lei de Responsabilidade Fiscal. O Estatuto da USP não prevê o teto. “Seria preciso considerar especificidades das instituições, que têm gastos mais altos

Já em 2011, os gastos totais da universidade superaram o que a instituição havia recebido do tesouro estadual, vindos dos 5% fixos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) destinados à universidade. No fim de 2012, o comprometimento com a folha já havia alcançado 96% do orçamento e quase todo o custeio e investimento eram pagos com reservas e outras fontes.

A alta de salário dos técnicos foi de 67% entre 2010 e 2013, além do salto de 10% no número desses servidores. Os docentes tiveram reajuste de 26% no período e o número de profes-

sores com pessoal”, explica a professora da Faculdade de Direito da USP Nina Ranieri. O patamar considerado ideal para os gastos com docentes e funcionários é de até 85% da folha de pagamento.

Os reitores das universidades estaduais são responsáveis por toda a gestão de recursos, o que inclui definir políticas salariais de docentes e funcionários. Já as federais têm autonomia administrativa, garantida pela Constituição, mas a execução orçamentária depende de aprovação do Ministério da Educação. “Infelizmente a crise da USP põe em xeque o que foi conquistado com a autonomia”, lamenta Nina.

Outra reivindicação antiga é uma prestação de contas mais detalhada pela universidade. A atual gestão pretende implementar mais processos participativos, de transparência orçamentária e instrumentos de responsabilidade fiscal.

Além da publicidade dos dados contábeis, o presidente da Comissão de Direito Administrativo da OAB-SP Adib Kassouf sugere revisão das normas para contratações e estabilidade. “Essas regras podem, de certa forma, engessar o bom manuseio na gestão da universidade, prejudicando os investimentos em pesquisa”, argumenta. / P.S. e V.V.

res ficou praticamente estável. “O plano de carreira foi um dos principais fatores (que levaram à crise). Outro foi a contratação de 2.600 funcionários nos últimos quatro anos”, disse o reitor Marco Antônio Zago ao **Estado**. O peso do gasto com salários de técnicos passou a responder por quase metade da folha da USP em 2012.

Redução. A folha de pagamento da universidade consome desde o ano passado 100% do orçamento. A universidade reduziu em 30% os gastos com custeio e investimento em 2014, como o **Estado** revelou na

semana passada.

Segundo fontes consultadas, o novo plano teria sido acordado para evitar novas greves de funcionários. As mudanças foram aprovadas pelo Conselho Universitário (CO) em maio de 2011, meses após uma paralisação de 57 dias. A decisão, porém, não teria levado em conta a possível redução do ritmo dos repasses do ICMS. Em 2014, o aumento das receitas foi de 6,8%, menor salto em pelo menos seis anos. O ex-reitor no período, João Grandino Rodas, não foi encontrado para comentar os dados.

O plano de carreira aprovado

proporcionou reajuste do piso e do teto salarial e maior mobilidade na carreira, entre outros pontos de mudança. A maior elevação foi no nível básico: aumento de 26,9%.

Desde 2010 não houve mais greves de funcionários. Diretora do Sindicato dos Servidores da USP (Sintusp), Nelice Wada considerou inaceitável colocar a culpa da crise financeira nos trabalhadores. “O trabalhador tem suas reivindicações, a reitoria concedeu a carreira, que foi aprovada no Conselho Universitário”, disse ela. “A culpa não é também de quem nunca o criticou ou denunciou. Se houvesse maior transparência, poderia ser diferente”, afirmou ela, defendendo que o governo amplie a parcela dos recursos das universidades estaduais.

Desde 1989, as três estaduais (USP, Unicamp e Unesp) têm autonomia financeira, garantida pela cota fixa do ICMS. Especialistas dizem que o momento atual da USP é a pior crise financeira desde a década de 1980, exatamente quando a autonomia foi alcançada. Em dezembro de 2013, o saldo da USP era de R\$ 2,5 bilhões. “Autonomia pressupõe responsabilidade no gasto do dinheiro público. É preciso apurar como se deu esse processo”, ressalta a professora da Faculdade de Direito da USP Nina Ranieri, especialista em autonomia universitária.

PF apura desvio de R\$ 300 mi em rede de ensino

Maria do Carmo Pagani

ESPECIAL PARA O ESTADO
CAMPINAS

Uma operação conjunta da Receita Federal, da Polícia Federal e do Ministério Público, em cumprimento a cinco mandados de busca e apreensão, recolheu anteontem em Campinas cerca de 200 caixas de documentos e computadores, além de US\$ 50 mil e de R\$ 50 mil, em um grupo de escolas técnicas e profissionalizantes da área de informática e idiomas.

A rede, que conta com mais de 150 unidades no País, é investigada por um suposto desvio de R\$ 300 milhões em sonegação de impostos. A operação resultou em ações feitas em três unidades do grupo em Campinas e em duas de São Paulo. Um jornal de Campinas informou que o estabelecimento seria a Rede Microcamp, dado não confirmado pela Polícia Federal.

A operação investiga crimes contra o Sistema Tributário Nacional, lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e associação criminosa.